

Eixo Temático 4 - Respeito, tolerância à diversidade e igualdade no ensino em Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Gestão da Informação e Museologia

O LUGAR DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA FORMAÇÃO DO ARQUIVISTA NO BRASIL

THE PLACE OF ETHNIC-RACIAL RELATIONS IN THE TRAINING OF ARCHIVISTS IN BRAZIL

Renata Lira Furtado¹
Erinaldo Dias Valério²

Resumo: A presente pesquisa teve como objetivo mapear componentes curriculares relativos às relações étnico-raciais nos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação em Arquivologia, ofertados por universidades públicas brasileiras. Com abordagem qualitativa, de natureza exploratória e documental, a pesquisa identificou 70 componentes curriculares relacionados à temática, classificados em duas categorias: disciplinar e transversal. Os resultados apontam que a maioria dos cursos (12) insere os conteúdos de maneira transversal, enquanto apenas cinco cursos adotam uma abordagem disciplinar específica, que tende à diluição das temáticas étnico-raciais ao longo da matriz curricular, não sendo possível afirmar o grau de aprofundamento teórico- metodológico adotado. Observou-se que a maioria dos componentes são ofertados em caráter optativo e com carga horária reduzida, o que pode comprometer sua efetividade formativa. Apenas em dois casos pontuais, os conteúdos são ofertados de maneira obrigatória e com maior densidade. A pesquisa sustenta que a presença transversal desse conteúdo, embora represente um avanço simbólico, ainda carece de intencionalidade pedagógica e articulação com uma formação crítica e ética. Ressalta-se a importância da criação e fortalecimento de componentes disciplinares específicos, capazes de oferecer uma formação mais aprofundada e sistemática em torno das questões étnico-raciais, visando uma atuação profissional alinhada à transformação social e à valorização de narrativas e memórias marginalizadas.

Palavras-Chave: Arquivologia. Formação acadêmica. Arquivista. Relações étnico-raciais.

Abstract: *This research aimed to map curricular components related to ethnic-racial relations in the Pedagogical Projects of undergraduate courses in Archival Science offered by Brazilian public universities. Using a qualitative, exploratory and documentary approach, the research identified 70 curricular components related to the theme, classified into two categories: disciplinary and transversal. The results indicate that most courses (12) include the content in a transversal manner, while only five courses adopt a specific disciplinary approach, which tends to dilute ethnic-racial themes throughout the curricular matrix, often without the necessary theoretical and methodological depth. It was observed that most of the components are offered as optional and with reduced workload, which can compromise their formative effectiveness. Only in two specific cases are the contents offered as mandatory and with greater density. The research argues that the transversal presence of this content, although representing a symbolic advance, still lacks pedagogical intentionality and articulation with critical and ethical training. The importance of creating and strengthening specific disciplinary*

¹ Doutora em Ciência da Informação, pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp/Marília). Docente da Universidade Federal do Para (UFPA). E-mail: renatalira@ufpa.br.

² Doutor em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia / Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ibict/UFRJ). Docente da Universidade Federal do Pernambuco (UFPE). E-mail: erinaldo.dias@ufpe.br.

components is highlighted, capable of offering more in-depth and systematic training around ethnic-racial issues, aiming at professional performance aligned with social transformation and the valorization of marginalized narratives and memories.

Keywords: Archival science. Academic training. Archivist. Ethnic-racial relations.

1 INTRODUÇÃO

A formação em Arquivologia tem passado por importantes transformações, impulsionadas pelas demandas contemporâneas que exigem uma atuação profissional mais sensível às realidades sociais, políticas e culturais do país. Os cursos de graduação em Arquivologia brasileiros são estruturados, tradicionalmente, numa abordagem tecnicista, centrada em aspectos operacionais e normativos do fazer arquivístico. Essa estrutura tem sido progressivamente tensionada por perspectivas críticas que propõem uma formação e consequente atuação profissional, comprometida com questões sociais, políticas, ambientais, culturais, econômicas etc. Têm sido incorporadas reflexões sobre o lugar social da área enquanto saber e fazer e sobre a capacidade dos arquivos de oferecerem aos cidadãos um senso de identidade, de origem, de história e memória pessoal e coletiva (Heymann; Nedel, 2018; Cook, 2018; Kaplan, 2018).

Nesse contexto, compreende-se que a formação do arquivista precisa ser ressignificada, o que exige mais do que o acréscimo de disciplinas ou conteúdos – demanda um movimento estruturado de sensibilização e mobilização de toda a comunidade acadêmica e profissional, envolvendo universidades, docentes, discentes, pesquisadores, profissionais e associações de classe. A atuação do arquivista transcende funções técnicas, exigindo uma postura crítica e engajada diante das estruturas de silenciamento e invisibilização historicamente impostas a determinados grupos sociais. Ao adotar práticas arquivísticas comprometidas com a equidade, a diversidade e os direitos humanos, o arquivista contribui para a construção de uma memória social plural, descentralizada e representativa das múltiplas identidades que compõem o tecido social brasileiro.

Nesse cenário, permeado pela necessidade de inclusão de pautas relevantes, a incorporação de conteúdos relacionados às relações étnico-raciais e à luta antirracista nos projetos pedagógicos dos cursos de Arquivologia configura-se como uma urgência epistemológica, empírica e política. Tal movimento implica: 1) o reconhecimento dos arquivos enquanto espaços simbólicos de poder, cuja dinâmica de inclusão ou exclusão de sujeitos e

narrativas têm consequências diretas na construção da memória social e 2) a reflexão em torno de abordagens que visem reparar os danos causados pelos processos históricos de silenciamento e marginalização, a partir de teorias e metodologias que situem as pessoas, seus contextos e suas histórias, no centro das práticas arquivísticas (Sexton, Shepherd, Duff 2023).

Cabe destacar que essa pesquisa, configura-se como um recorte de uma estrutura de pesquisa mais robusta que visa ampliar as bases teóricas e práticas que interconectam os campos da Competência em Informação e da Arquivologia, integrando os preceitos dos Estudos Arquivísticos Críticos, configurados como um convite para pensar os arquivos para além de meros repositórios de documentos, observando-os como espaços de memória, poder, produção e disseminação de conhecimento. A perspectiva dos Estudos Arquivísticos Críticos abarca dentre outros elementos e condições, múltiplos marcadores sociais como gênero, classe, raça, etnia, orientação sexual, capacidades, religião etc, que podem ser analisados sob o prisma da interseccionalidade e ambientados em contextos que envolvem direitos humanos, justiça social, direito à memória, acesso à informação, decolonialidade etc.

Dessa forma, seguindo um percurso teórico-metodológico orgânico, fez-se necessário compartimentar os elementos da estrutura da pesquisa mais ampla, em distintos planos de trabalho. A comunicação aqui apresentada está inserida em um plano de trabalho de capacitação docente, desenvolvido em parceria com duas universidades federais das regiões norte e nordeste, cujo objetivo é relacionar a díade Arquivologia – Competência em Informação com os marcadores etnia e raça. A investigação é impulsionada pela questão: os cursos de graduação em Arquivologia brasileiros têm abarcado em seus projetos pedagógicos de curso, conteúdos e discussões em torno das relações étnico-raciais?

Assim, a presente comunicação objetiva **mapear componentes curriculares relativos às relações étnico-raciais nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) dos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil**, com vistas a refletir sobre as implicações desses conteúdos na formação crítica e ética do arquivista brasileiro e contribuir com o debate sobre a formação antirracista, especialmente por compreender que o arquivista pode exercer um papel estratégico na superação das desigualdades raciais ao assumir um compromisso ético com a preservação da memória, com a justiça social e com os direitos humanos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A Arquivologia tem atravessado uma crise epistemológica que sinaliza um processo de reconfiguração de seus fundamentos teóricos e metodológicos, impulsionado pelas transformações sociais, tecnológicas e informacionais. Esse movimento tem tensionado noções clássicas sobre o objeto, os objetivos e a terminologia da área, evidenciando a busca por uma ciência arquivística mais alinhada às dinâmicas contemporâneas.

Nesse cenário, emergem os Estudos Arquivísticos Críticos, como um campo teórico fundamentado na Teoria Crítica Social, de natureza emancipatória e comprometido em identificar o que é injusto nas pesquisas e práticas arquivísticas tradicionais, ressignificar o papel dos arquivos, (compreendendo-os como espaços de poder, disputa simbólica, memória coletiva e produção de conhecimento) e transformar a práxis arquivística, cujos reflexos impactam a sociedade em geral (Caswell, Punzalan, Sangwand, 2017; Alencar, Tognoli, Cervantes, 2023).

As pesquisas que extrapolam o fazer técnico-normativo tradicional ganham centralidade, ao reconhecerem os sujeitos como agentes ativos dos processos arquivísticos, especialmente diante das dinâmicas estruturais de classe, raça e gênero que operam como filtros de visibilidade e legitimação de identidades e narrativas. A partir de uma abordagem interseccional, incorporam debates sobre acessibilidade, representação e preservação, situando a prática arquivística como dimensão estratégica na promoção da justiça social e dos direitos humanos.

Essa reconfiguração teórico-metodológica, relevante e necessária para ampliação dos domínios da área, alcança, também, a formação e a atuação profissional do arquivista, que passa a ser compreendida a partir de um horizonte mais crítico, reflexivo e interdisciplinar. Jardim (2006) reforça que os processos de formação profissional devem considerar as transformações contemporâneas da Arquivologia, destacando a indissociabilidade entre a história da área e os processos formativos que devem ser analisados de forma articulada, evidenciando a necessidade de integrar perspectivas históricas e educativas na consolidação do campo arquivístico. Nesse contexto, a formação de arquivistas precisa ser repensada e conseqüentemente reformulada a partir de uma perspectiva crítica, que reconheça o papel estratégico do arquivista na promoção da justiça social, do direito à memória e da equidade social, étnica e racial.

No que tange a educação para as relações étnico-raciais, as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação da Relações Étnico-

Raciais (Resolução CNE/CP n.º 1, de 17 de junho de 2004) representam marcos legais para a inclusão da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena na educação nacional (Brasil, 2003; Brasil, 2008; Brasil, 2004). Ainda que voltadas prioritariamente à educação básica, essas normativas repercutem diretamente no ensino superior, convocando os cursos (especialmente as licenciaturas) a integrarem em seus projetos pedagógicos conteúdos que promovam uma formação comprometida com a diversidade, o combate ao racismo e a valorização de epistemologias historicamente marginalizadas (Simões, 2020).

A inserção das relações étnico-raciais nos currículos da Arquivologia configura-se como uma urgência epistemológica, empírica e política, que envolve tanto a ressignificação dos conteúdos formativos quanto a transformação das práticas profissionais. Segundo Caswell, Punzalan, Sangwand (2017), os arquivos não são espaços neutros, mas instâncias de disputa narrativa, onde dinâmicas de inclusão e exclusão impactam diretamente a memória social. A atuação do arquivista, nesse sentido, deve ser crítica, ética e comprometida com a visibilidade e valorização de grupos historicamente silenciados, uma vez que a ausência dessa abordagem pode perpetuar práticas que, mesmo involuntariamente, causam danos a comunidades e indivíduos, por meio do apagamento de histórias, da exclusão de memórias e da negação de acesso à informação (Sexton, Shepherd, Duff, 2023).

Dessa forma, refletir sobre a presença — ou ausência — das relações étnico-raciais na formação arquivística, vai além de uma necessidade curricular, situando-se em um debate mais denso sobre o compromisso ético e social da área diante das desigualdades estruturais que moldam a sociedade brasileira. A construção de práticas arquivísticas mais sensíveis à diversidade depende, portanto, da capacidade dos cursos de Arquivologia de integrarem essas discussões em componentes disciplinares específicos ou ainda de forma transversal, articulando teoria, metodologia e ação crítica na formação profissional.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa tem abordagem qualitativa, de natureza exploratória e documental, centrada na análise dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) dos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil. A configuração do universo a ser investigado foi possível a partir da pesquisa realizada no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC). Foram identificados 19 cursos de graduação em Arquivologia em funcionamento no Brasil, sendo 2 cursos na modalidade à distância em instituições privadas e

17 na modalidade presencial em instituições públicas – 3 estaduais e 14 federais.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, optou-se por analisar os PPCs dos cursos de Arquivologia, ofertados na modalidade presencial nas 17 instituições públicas no Brasil. A coleta de dados foi realizada por meio da obtenção dos PPCs disponíveis nos sites institucionais e/ou por solicitação direta às coordenações de curso. A análise incidiu especificamente sobre Componentes curriculares obrigatórios e optativos e suas ementas, observando a presença de temáticas étnico-raciais, bem como de conteúdo com perspectivas antirracistas, decoloniais e interseccionais.

Optou-se por categorizar os resultados a partir da forma que os componentes disciplinares e seu respectivo conteúdo são estruturados: para componentes específicos em torno das temáticas étnico-raciais, considerou-se a indicação SIM e atribuiu-se a categoria DISCIPLINAR; para os componentes que mencionam em suas ementas a temática e suas respectivas perspectivas, considerou-se a indicação PARCIAL e atribuiu-se a categoria TRANSVERSAL. Vale destacar que o estudo não contempla a efetiva implementação das propostas e conteúdos curriculares em sala de aula, o que poderá ser abordado em pesquisas futuras com entrevistas, e/ou aplicação de questionários aos docentes e discentes.

4 RESULTADOS FINAIS

A análise dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) dos 17 cursos de Arquivologia ofertados em universidades públicas brasileiras, revela que a inserção de conteúdos relacionados às relações étnico-raciais ocorre de forma majoritariamente parcial (12 instituições, cerca de 70,5%) e, predominantemente, por meio de abordagens transversais, indicando uma possibilidade de integração da temática em diferentes componentes curriculares. Na perspectiva disciplinar, apenas cinco cursos (cerca de 29%) indicam a inserção de componentes curriculares, especificamente relacionados às relações étnico-raciais. O quadro 1, apresenta um panorama dos resultados obtidos:

Quadro 1: Panorama da inserção de conteúdo Étnico-Racial nos Projetos Pedagógicos de Cursos de graduação em Arquivologia

Universidade	Presença de Conteúdo Étnico-Racial	Quantidade	Tipo de Inserção
--------------	------------------------------------	------------	------------------

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)	Parcial	3	Transversal
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB)	Parcial	4	Transversal
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL)	Sim	1	Disciplinar
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (UNESP)	Parcial	2	Transversal
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)	Parcial	4	Transversal
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)	Parcial	6	Transversal
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)	Parcial	4	Transversal
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)	Parcial	4	Transversal
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)	Parcial	3	Transversal
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)	Sim	1	Disciplinar
	Parcial	4	Transversal
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI (UFCA)	Sim	2	Disciplinar
	Parcial	10	Transversal
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)	Parcial	3	Transversal
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)	Sim	1	Disciplinar
	Parcial	4	Transversal
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)	Parcial	2	Transversal
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG)	Sim	1	Disciplinar
	Parcial	3	Transversal
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (FURG)	Parcial	3	Transversal
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)	Parcial	3	Transversal

Fonte: Elaborado pelas autorias com base nos resultados da pesquisa.

Foram identificados 70 componentes curriculares aderentes ao objetivo desta pesquisa, sendo que 12 cursos ofertam apenas componentes aqui categorizados como TRANSVERSAL: UEPB (4), UFBA (4), UFES (3), UFF (3), UFMG (4), UFPA (2), UFPB (6), UFRGS (3), UFSC (4), UFSM (3), UNB (3) e Unesp (2), totalizando 41 componentes. Quatro cursos ofertam componentes tanto da categoria TRANSVERSAL como da categoria DISCIPLINAR³: FURG (4), UFAM (6), Unirio (6) e UFCA (12), totalizando 28 componentes, e o curso da UEL, oferta um único componente categorizado como DISCIPLINAR.

No que se refere à abordagem transversal dos conteúdos étnico-raciais na formação de arquivistas, observa-se que, embora tal prática represente um avanço (ainda que simbólico) diante da histórica invisibilidade dessas temáticas no currículo do curso, ainda demanda aprofundamento, intencionalidade e uma estruturação sistemática. A ausência de uma abordagem disciplinar efetiva e verticalizada, pode comprometer a efetividade pedagógica e política desses conteúdos, uma vez que, diluídos transversalmente entre os componentes curriculares, estão sujeitos à dispersão e à superficialidade.

³ Ver Quadro 2: Componentes curriculares com conteúdo étnico-raciais nos cursos de Arquivologia

A configuração das discussões étnico-raciais em formato de componente curricular demonstra um esforço intencional visando a garantia de maior densidade teórica e metodológica ao tratamento das questões étnico-raciais, para além da integração transversal, evidenciando um processo de integração teórica ainda embrionário, para um eixo potente e relevante para a formação do arquivista.

Os cinco cursos que apresentam componentes curriculares específicos voltados às relações étnico-raciais, são da FURG, UEL, UFAM, UFCA e UNIRIO. Para fins de análise, esses componentes foram estruturados em 3 eixos principais - História, Cultura e Direitos Humanos e abordam temas como história e cultura afro-brasileira e indígena, diversidade étnico-racial, identidade, resistência, movimentos sociais, legislação, religião, cidadania e educação, conforme apresentado no quadro 2:

Quadro 2: Componentes curriculares com conteúdo étnico-raciais nos cursos de Arquivologia

Univer- sidade	Componente curricular	Ementa
FURG	História Afro-indígena	Conceitos de Cultura; as matrizes africanas da cultura afro-brasileira; trabalho, cultura e resistência negra no Brasil escravocrata; os movimentos abolicionistas e a questão da identidade nacional; identidades culturais indígenas; constituição sócio-histórica dos movimentos sociais indígenas; os conflitos territoriais brasileiros e os povos indígenas; diversidade e Alteridade; aculturação e resistência cultural dos povos indígenas.
UEL	Cultura afro-brasileira	Estudo de aspectos da cultura brasileira de raízes africanas.
UFAM	Culturas afro-brasileiras	Diversidade Étnico-Racial na Escola de Ensino Fundamental. Diáspora Negra. Civilizações africanas. Africanos no Brasil: origem e contribuições. Movimento negro. Quilombos: história, organização e cultura. Lei 10639/2003: texto e contexto. Africanidade e Religiosidade. Culturas Afro-brasileiras Contemporâneas. Dimensões do Ensino da Cultura Afro-Brasileira.
UFCA	Direitos Humanos e Estudos Étnico-Raciais	Abertura constitucional de direitos silenciados: Gênese colonial do Direito brasileiro e a herança escravocrata. Movimentos negros e indígenas no Brasil: Silenciamento da questão racial e problemas de inclusão no cenário brasileiro. Os quilombos e os patrimônios afro-brasileiros como exemplos de quebra de paradigmas jurídicos hegemônicos. Questões que se relacionam à etnicidade e ao racismo no debate da esfera pública, nas redes sociais, meios de comunicação, parlamentos, sistema judiciário e ações dos governos. O antirracismo do patrimônio cultural afro-brasileiro.
UFCA	Cultura afro-brasileira	África: heterogeneidade social e cultural. África o “berço da humanidade”: pré-história e arqueologia. Estudo da História da África entre os séculos XV e XIX. A expansão colonizadora europeia e a construção do mundo atlântico: choque cultural e narrativas da colonização africana, genocídio e etnocídio. Processo da diáspora forçada para as terras coloniais. Africanos e

		africanidades na constituição da nação Brasileira: sociedade, economia e cultura. Escravidão e pós-abolição: a questão da cidadania. Resistência e memória: questões para o estudo das comunidades quilombolas no Brasil. Identidade negra no Brasil: o movimento negro e a (des)construção de (pre)conceitos acerca da cultura afrodescendente.
UNIRIO	Culturas Afro-Brasileiras em Sala de Aula	Diversidade Étnico-Racial na Escola de Ensino Fundamental. Diáspora Negra. Civilizações africanas. Africanos no Brasil: origem e contribuições. Movimento negro. Quilombos: história, organização e cultura. Lei 10639/2003: texto e contexto. Africanidade e Religiosidade. Culturas Afro-brasileiras Contemporâneas. Dimensões do Ensino da Cultura Afro-Brasileira.

Fonte: Elaborado pelas autorias com base nos resultados da pesquisa.

Observou-se que a carga horária dos componentes são em sua maioria de 30 horas e ofertadas em caráter optativo, com exceção para o componente ofertado pela UEL (Cultura afro-brasileira) que mesmo com 30 horas é de caráter obrigatório e os componentes ofertados pela UFCA, ambos com 64 horas, onde um é ofertado como obrigatório (Direitos Humanos e Estudos Étnico- Raciais) e outro como optativo (Cultura afro-brasileira).

Cabe aqui destacar o conjunto de componentes curriculares da UFCA – o curso de Arquivologia mais recente no Brasil, implantado em 2024, que apresenta a maior quantidade de componentes relacionados às temáticas étnico-raciais entre os cursos analisados, totalizando 12 componentes, dos quais dois são classificados como disciplinares. Esses componentes abordam de forma aprofundada conteúdos sobre direitos humanos, história e cultura afro-brasileira, diversidade étnico-racial, identidade e resistência e diferenciam-se por sua carga horária (64 horas) e, em um dos casos, por seu caráter obrigatório, o que evidencia um compromisso mais consistente com a formação crítica e antirracista do arquivista. A proposta curricular da UFCA aponta para um modelo formativo mais alinhado às demandas contemporâneas de justiça social e valorização da pluralidade de memórias e saberes no campo da Arquivologia.

Os cinco cursos de graduação mencionados, despontam como referências potentes para a formação do arquivista a partir de uma perspectiva antirracista, e se configuram como espaços pedagógicos propícios para a discussão crítica, histórica, social e política das relações étnico-raciais no Brasil e de seus reflexos no campo arquivístico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos convidam à reflexão sobre os desafios de institucionalização de uma formação antirracista que vá além do cumprimento mínimo de diretrizes curriculares ou

da menção simbólica ao tema. Trata-se de pensar em estratégias curriculares que assegurem um tratamento sistemático das relações étnico-raciais, articulando conteúdo, metodologia, formação docente e compromisso ético-político com a promoção da justiça racial e da pluralidade de saberes nos arquivos.

A implementação de componentes curriculares específicos (aqui atribuídos e analisados na categoria DISCIPLINAR) permite maior aprofundamento conceitual, continuidade metodológica e a articulação com saberes interdisciplinares, o que tende a gerar impactos mais significativos na formação e atuação ética e social do arquivista. Por outro lado, a baixa adesão a essa “abordagem disciplinar” suscita questionamentos sobre os limites institucionais, políticos e estruturais que dificultam sua ampliação. Trata-se de refletir se há resistência acadêmica à tematização crítica das relações étnico-raciais, falta de formação específica entre docentes ou ausência de diretrizes políticas mais incisivas por parte dos órgãos reguladores da educação superior. A ampliação dessa abordagem, portanto, requer não apenas vontade política, mas também infraestrutura curricular, formação docente e compromisso institucional contínuo com a promoção da equidade racial e da memória plural nos arquivos.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Maíra Fernandes; TOGNOLI, Natália Bolfarini; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. Outros horizontes críticos e decoloniais nos estudos arquivísticos: em construção um mapeamento do domínio editorial internacional. **Encontros Bibli**, v. 28, n. esp., p. e92661, 2023. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/147/14775597003/14775597003.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 05 jan. 2026.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 05 jan. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP 03/2004**. Disponível em:

https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 24 jul. 2025.

CASWELL, Michelle; PUNZALAN, Ricardo; SANGWAND, T-Kay. Critical Archival Studies: an Introduction. **Journal of Critical Library and Information Studies**, v. 1, n. 2, p. 1-8, 2017. Disponível em: <https://journals.litwinbooks.com/index.php/jclis/article/view/50/30>. Acesso em: 10 jan. 2025.

COOK, Terry. O passado é prólogo: uma história das ideias arquivísticas desde 1898 e a futura mudança de paradigma. *In*: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (org.). **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia. (org.). **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

JARDIM, José Maria. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 5-16, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/51586>. Acesso em: 05 jan. 2026.

KAPLAN, Elisabeth. Muitos caminhos para verdades parciais: arquivos, antropologia e o poder da representação. *In*: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (org.). **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

SEXTON, Anna; SHEPHERD, Elizabeth; DUFF, Wendy. Relational and person-centred approaches to archival practice and education. **The Journal of Community Informatics**, v. 19, n. 1, p. 3-22, 2023. Disponível em: <https://openjournals.uwaterloo.ca/index.php/JoCI/article/view/5234>. Acesso em: 10 jan. 2025.

SIMÕES, Rodrigo Lemos. Legislação e ações visando à diversidade étnico-racial no ensino superior: estudo comparativo dos PDIS de IES públicas e comunitárias gaúchas. **REVES-Revista Relações Sociais**, v. 3, n. 3, p. 0024-0037, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/reves/article/view/9431>. Acesso em: 27 jun. 2025.